



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026
(Dispensa Eletrônica)**

CONTRATANTE (UASG)

Procuradoria da República na Bahia (UASG 200031).

OBJETO

Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição e fornecimento de peças ou componentes originais ou similares, mediante ressarcimento, dos três elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Item 1) e da plataforma elevatória de passageiros, instalada na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista (Item 2).

VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 42.702,28 (quarenta e dois mil, setecentos e dois reais e vinte e oito centavos).

DATA DA SESSÃO

11/05/2026

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08hs até 14hs.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor valor anual por item.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não.

Link para envio de proposta e para a sessão: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

sumário

1.	<u>DO OBJETO</u>	3
2.	<u>DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA</u>	4
3.	<u>DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL</u>	6
4.	<u>DA FASE DE LANCES</u>	8
5.	<u>DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS</u>	8
6.	<u>DA FASE DE HABILITAÇÃO</u>	12
7.	<u>DA CONTRATAÇÃO</u>	17
8.	<u>DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</u>	17
9.	<u>DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</u>	20



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

AVISO CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 05/2026

(Dispensa Eletrônica)

PGEA N.º 1.14.000.000003/2026-40

Torna-se público que a Procuradoria da República na Bahia, por meio da Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor preço**, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Portaria PGR/MPU nº 148/2022 e demais legislações aplicáveis.

Data da sessão: 11/05/2026

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição e fornecimento de peças ou componentes originais ou similares, mediante ressarcimento, dos três elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Item 1) e da plataforma elevatória de passageiros, instalada na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista (Item 2), conforme condições e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, que fazem parte integrante deste instrumento:

- Anexo I – Termo de Referência e seus anexos:
 - Anexo A.1 – Especificação Técnica dos Serviços (disponibilizado em arquivo “.pdf”).
 - Anexo A.2 – Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza dos Serviços.
 - Anexo A.3 – Modelo de Planilha de Preços Editável (disponibilizada em arquivo “.ods”).
- Anexo II – Modelo de Proposta de Preços.
- Anexo III – Minuta do Contrato.
- Anexo IV – Declaração de Comprovação de Regularidade Social e conformidade à Resolução CNMP Nº 37/2009.
- Anexo V – Declaração por não ultrapassar a receita bruta máxima admitida para enquadramento como empresa de pequeno porte (EPP), no Exercício, em contratos firmados com a Administração Pública.

1.2. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no SIASG/Compras.gov e as especificações e descrições constantes no Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência e seus anexos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou a este órgão a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o fornecedor enviar, além da declaração eletrônica do subitem 3.11, a declaração de observância desta condição junto a sua proposta (ANEXO V).

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação:

2.3.1 que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da dispensa;

2.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2.3.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.3.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.3.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.3.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

2.3.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.3.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.3.11. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.5. O impedimento de que trata o item 2.3.6 aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

2.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.3.4 e 2.3.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da dispensa ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 2.3.4 e 2.3.5 não impede a dispensa ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2.9. A vedação de que trata o item 2.4 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. Não será permitida a participação de pessoas físicas no certame, conforme justificativas contidas no subitem 2.8 do Termo de Referência.

3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

3.5. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.5.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

3.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.10. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.10.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.10.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.10.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.10.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.10.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

3.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

4. DA FASE DE LANCES

4.1. A partir da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. O critério de julgamento das propostas será o MENOR VALOR ANUAL POR ITEM, observando os valores máximos aceitáveis de:

ITEM 1 – R\$ 35.275,18 (trinta e cinco mil, duzentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos);

ITEM 2 – R\$ 7.427,11 (sete mil, quatrocentos e vinte e sete reais e onze centavos).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.2. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2.3. **Sempre que convocado, o licitante detentor da proposta vencedora terá o prazo de 30 (trinta) minutos, contado da solicitação no sistema, para responder à convocação de negociação, se for o caso, observados os itens 5.2.1 e 5.2.2.**

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, **será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.**

5.4.1. São considerados, também, documentos complementares as declarações abaixo, que poderão ser enviadas, juntamente, com a proposta vencedora ou para a contratação:

- a) **ANEXO IV – Declaração de Comprovação de Regularidade Social e conformidade à Resolução CNMP Nº 37/2009;**
- b) **ANEXO V – Declaração Por Não Ultrapassar a Receita Bruta Máxima Admitida para Enquadramento como EPP, no exercício, em contratos firmados com a Administração Pública. (SE O LICITANTE FOR ME/EPP)**

5.4.2. O Modelo de Planilha de Preços Editável, conforme modelo do Anexo A.3 do Termo de Referência, em formato editável, pode ser utilizada pelos fornecedores como forma de auxiliar na composição dos preços de sua proposta.

5.4.3. Fica estabelecido prazo de 1 (uma) hora, contado da solicitação no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.

5.5. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça pela Controladoria-Geral da União (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- d) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5.1. Os cadastros que tratam os subitens “b”, “c”, “d” e “e” serão consultados através da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

5.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

5.5.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.5.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

5.5.5. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação;

5.5.6. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.6. Caso o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o gestor verificará se o fornecedor faz jus ao benefício aplicado.

5.7. Verificadas as condições de participação e de tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta que:

- 5.8.1. conter vícios insanáveis;
- 5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.8. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

- 5.8.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.10. O agente de contratação poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive quanto à solicitação da proposta ajustada, após a fase de lances, antes da abertura do prazo constante no subitem 5.4.3. **A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do agente de contratação durante a sessão pública, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos solicitados do fornecedor mais bem classificado a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, serão:

6.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2.2. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

6.2.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

6.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.2.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.2.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

6.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

6.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

6.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.3.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, através de Declaração de que a empresa não emprega menor, a ser preenchida na forma eletrônica, conforme dispõe o subitem 3.10.5.

6.3.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.3.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.3.10. Estes documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

6.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

6.4.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor. Quando a certidão não trazer em si a data de sua validade, será considerada como válida por 60 (sessenta) dias a contar da data de sua emissão.

6.4.1.1. No caso do licitante encontrar-se em processo de recuperação judicial, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que o interessado



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

está apto econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, com amparo na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, conforme disposto no Parecer SEORI/AUDIN-MPU Nº 1.185/2017.

6.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Serão exigidos dos licitantes, os seguintes documentos a título de verificação de sua qualificação técnica:

6.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e da condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme o modelo do Anexo A.2 do Termo de Referência;

6.5.2. Certidão de registro da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CRT – Conselho Regional dos Técnicos Industriais, a cuja jurisdição pertença, sendo, no mínimo, um dos responsáveis técnicos Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica. A certidão deverá estar dentro do prazo de validade. No caso de o licitante ter sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedor da licitação deverá providenciar registro ou visto no CREA/BA ou CRT/BA, conforme exigência do respectivo conselho;

6.5.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.5.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

6.5.3.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência na prestação de serviços de **manutenção de elevador para o item 1 do objeto (elevadores do edifício-sede em Salvador-BA)**, por período não inferior a **1 (um)** ano, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

6.5.3.1.2. Deverá haver a comprovação da experiência na prestação de serviços de **manutenção de elevador ou de plataforma elevatória hidráulica de passageiros para o item 2 do objeto (plataforma elevatória hidráulica de passageiros da PRM de Vitória da Conquista)**, por período não inferior a **1 (um)** ano, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

6.5.3.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.5.3.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

6.5.4. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CRT, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, relativa à execução de serviços de manutenção nos componentes elétricos e instalações elétricas de elevadores e nos componentes mecânicos de elevadores em relação ao item 1 do objeto (elevadores do edifício-sede em Salvador-BA).

6.5.5. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CRT, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, relativa à execução de serviços de manutenção nos componentes elétricos e instalações elétricas e nos componentes mecânicos de elevadores ou plataformas elevatórias hidráulicas de passageiros em relação ao item 2 do objeto (plataforma elevatória hidráulica de passageiros da PRM de Vitória da Conquista).

6.5.6. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio, ou através da Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CRT em que conste o profissional como Responsável Técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que também apresente declaração de anuência emitida pelo profissional.

6.6. Para fins de comprovação das exigências de qualificação técnica dispostas nos subitens anteriores, o fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação.

6.6.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.7. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.7.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.7.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.8. Na hipótese de necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, **no prazo de 1 (uma) hora, sob pena de inabilitação.**

6.9. O agente de contratação poderá comunicar a todos, mediante chat, o estabelecimento de um tempo razoável para aguardar resposta quando da convocação para o diálogo, inclusive quanto à solicitação da documentação referida no subitem 6.8. **A empresa que não manifestar presença, ou seja, não acompanhar as operações no sistema eletrônico ou não atender às convocações do pregoeiro durante o processo licitatório, poderá ser desclassificada ou inabilitada, inclusive no caso de vir a ser a próxima convocada para as fases de aceitação de proposta e de habilitação.**

6.10. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.14. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.15.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos [artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021](#) e reconhece os direitos da Administração previstos nos [artigos 137 a 139 da mesma Lei](#).

7.4. O prazo de vigência da contratação é o disposto no subitem 1.5 do Termo de Referência (Anexo I).

7.5. **Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será consultado o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratações consignadas neste Aviso**, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência o contrato.

7.6. **A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.**

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.6. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.7.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Os parâmetros para aplicação de penalidades regulam-se pela [Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023](#), que “Dispõe sobre o procedimento preliminar e o processo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados, no âmbito do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União”. Assim, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos fornecedores as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

a) Multa de 0,5% a 30% sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.9, observados os parâmetros de dosimetria contidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.

b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.1 a 8.1.4 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observados os parâmetros de dosimetria contidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#), nos casos dos subitens 8.1.5 a 8.1.9, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, observados os parâmetros de dosimetria contidos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.6. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.

8.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no item 7 do Termo de Referência (Anexo I).

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado – SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

Salvador, 05 de maio de 2026.

Paulo Valentim Leite

Supervisão de Licitações e Disputas Eletrônicas



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – DEFINIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição e fornecimento de peças ou componentes originais ou similares, mediante ressarcimento, dos três elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Item 1) e da plataforma elevatória de passageiros, instalada na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista (Item 2), conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.1. A contratação será realizada por itens, correspondentes às unidades onde os serviços serão executados, sendo:

1.1.1.1. Item 1 – manutenção dos elevadores do edifício-sede da PR-BA em Salvador;

1.1.1.2. Item 2 – manutenção da plataforma elevatória da Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista.

1.1.2. Cada item resultará em contratação independente, podendo ser adjudicado a empresas distintas.

1.2. As especificações técnicas e a descrição dos serviços encontram-se pormenorizadas no anexo I deste Termo de Referência.

1.2.1. Os equipamentos instalados no edifício-sede da PR-BA na Rua Ivone Silveira, 243, Doron, Salvador-BA, possuem as seguintes características:

1.2.1.1. Elevadores Sociais 1 e 2: Tração elétrica por cabos; Fabricante/Marca: ThyssenKrupp; 1. Linha: Frequencydyne – Acionamento em corrente alternada com variação de tensão e variação de frequência (V. V. V. F); Capacidade: 750 kg; Dimensões internas da caixa: 1.755 x 1.770 mm; Destinação: Passageiros; Casa de Máquinas: Superior; Quantidade de Paradas: 12; Número de entradas: 12; Velocidade: 1 m/s; Capacidade: 10 pessoas; Porta da Cabina: Abertura Central; Operador de Porta: Corrente alternada com variação de tensão e variação de frequência (V. V. V. F.).

1.2.1.2 Elevador Exclusivo: tração elétrica por cabos; Fabricante/Marca: ThyssenKrupp; Linha: Frequencydyne — Acionamento em corrente alternada com variação de tensão e variação de frequência (V. V. V. F.); Capacidade: 750 kg; Dimensões internas da caixa: 1.755 x 1.770 mm; Destinação: Passageiros; Casa de Máquinas: Superior Qtde. de Paradas: 12; Número de entradas 24; Estratégia de Atendimento: Automático Coletivo Seletivo na Subida e Descida; Percurso total: 36 m; Velocidade: 1 m/s; Capacidade: 10 pessoas; Porta da Cabina: Abertura Central — Pavimento com acesso oposto; Operador de Porta: Corrente alternada com variação de tensão e variação de frequência (V. V. V. F.), Comando duplo: automático ou comando por ascensorista.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

1.2.2. O equipamento instalado no Edifício da PRM de Vitória da Conquista possui as seguintes características: plataforma elevatória de passageiros modelo: Plataforma Hidráulica Vertical VHL30, com capacidade de 250kg, marca Thyssenkrupp Elevadores S/A, instalada no prédio sede da Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista, situado na Rua Ivo Freire de Aguiar, nº 567, Candeias, Vitória da Conquista/BA.

1.2.3. A realização de vistoria técnica é facultativa, ficando a critério do licitante, que poderá realizá-la para melhor conhecimento das condições locais de execução dos serviços.

1.2.3.1. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, deverá apresentar Declaração de Conhecimento das Condições Inerentes à Natureza do Serviço, conforme modelo constante do Anexo II deste Termo de Referência.

1.2.4. As informações técnicas apresentadas possuem caráter referencial, baseadas no inventário patrimonial da unidade, podendo a contratada realizar verificação técnica complementar durante a execução contratual.

1.3 Substituição de peças e componentes

1.3.1. A substituição de peças e componentes ocorrerá conforme instruções constantes no item 3.2.

1.4. Ramo de Atividade predominante da contratação (CATSER): 3557 – Instalação / Manutenção – Elevadores, Escadas Rolantes, Montagem – Cargas / Plataforma / Escadas. (Fonte: Catálogo de Serviços disponibilizado no site www.compras.gov.br).

1.5. Prazo do contrato: O prazo de vigência da contratação é de 2 anos, contados da data a ser definida no instrumento contratual, podendo ser prorrogado por até 10 (dez) anos no total, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.1. O serviço é enquadrado como continuado conforme o definido no art. 6º, XV da Lei nº 14.133, de 2021, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

2 – FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que o processo de contratação direta será instruído com o documento de formalização da demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo. A utilização da expressão "se for o caso" denota que a elaboração do ETP não é uma exigência absoluta para todas as contratações diretas.

2.1.1. Nesse sentido, o art. 14, inciso I, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022 estabelece que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é facultada nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. Considerando o baixo valor estimado da contratação e a baixa complexidade técnica do objeto, a elaboração de Estudo Técnico Preliminar foi dispensada, sendo as informações essenciais apresentadas diretamente neste Termo de Referência.

2.1.3. A dispensa da elaboração do ETP, neste caso, alinha-se ao princípio da eficiência, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao otimizar o processo de contratação sem comprometer a economicidade e a vantajosidade para a Administração, visto que se trata de contratação de pequeno valor, para a qual os requisitos técnicos e a



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

análise de riscos podem ser adequadamente definidos e avaliados por outros meios, como o termo de referência ou as especificações do objeto.

2.1.4. Ademais, cumpre ressaltar que a aferição da vantajosidade econômica da contratação será realizada mediante pesquisa de mercado em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021

2.1.5. A existência de elevadores e plataformas elevatórias em edificações públicas constitui medida essencial para garantir condições adequadas de acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em edificações de uso público, de modo a assegurar a eliminação de barreiras arquitetônicas e permitir o acesso seguro e autônomo aos ambientes.

2.1.6. O edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia, localizado no município de Salvador, possui três elevadores de transporte vertical de passageiros, sendo dois elevadores sociais e um elevador exclusivo, com possibilidade de utilização de um dos elevadores sociais como elevador de serviço conforme a necessidade operacional da unidade.

2.1.7. Os equipamentos são fabricados pela Thyssenkrupp Elevadores, modelo Frequencydyne, instalados no ano de 2010, configurados como elevadores de tração elétrica por cabos, com capacidade nominal de 750 kg, atendendo 12 pavimentos da edificação.

2.1.8. Além disso, a unidade da Procuradoria da República no município de Vitória da Conquista dispõe de plataforma elevatória da fabricante Thyssenkrupp Elevadores, modelo VHL30, com mais de 5 anos de operação, destinada à garantia de acessibilidade em edificação de dois pavimentos.

2.1.9. Os equipamentos instalados constituem infraestrutura essencial ao funcionamento institucional, considerando que a sede de Salvador possui circulação média diária estimada de aproximadamente 300 pessoas, entre membros, servidores, colaboradores e público externo. A unidade de Vitória da Conquista apresenta circulação média aproximada de 30 pessoas por dia, incluindo cidadãos que buscam atendimento institucional.

2.1.10. Embora existam escadas de circulação vertical nos edifícios, os elevadores e a plataforma desempenham papel fundamental na acessibilidade universal, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida, idosos, gestantes e cidadãos com deficiência, além de contribuir para o fluxo adequado de usuários em edificação com múltiplos pavimentos.

2.1.11. Os elevadores encontram-se atualmente em operação regular, com histórico de manutenção considerado satisfatório, tendo sido registradas, ao longo do tempo, ocorrências pontuais típicas da operação de equipamentos eletromecânicos, como falhas elétricas eventuais e episódios isolados de retenção de passageiros, situações inerentes ao ciclo de vida operacional de sistemas de transporte vertical.

2.1.12. Considerando que os equipamentos possuem aproximadamente 15 anos de operação, torna-se necessária a manutenção preventiva sistemática e a disponibilidade de manutenção corretiva especializada, de



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

modo a preservar a segurança operacional, garantir a continuidade do funcionamento e reduzir riscos de paralisação das atividades institucionais.

2.1.13. Dessa forma, a contratação de empresa especializada em manutenção de elevadores mostra-se medida necessária para assegurar:

- A. a continuidade do funcionamento seguro dos equipamentos;
- B. a preservação do patrimônio público instalado;
- C. a segurança dos usuários;
- D. o atendimento à legislação e às normas técnicas aplicáveis aos sistemas de transporte vertical;
- E. a manutenção das condições adequadas de acessibilidade nas unidades institucionais.

2.1.14. Nesse contexto, os equipamentos de transporte vertical instalados nas unidades da Procuradoria da República na Bahia desempenham papel fundamental na efetivação dessas condições de acessibilidade. Para que cumpram adequadamente sua finalidade, é indispensável a realização contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva, assegurando o pleno funcionamento, a segurança dos usuários e a continuidade do acesso às dependências institucionais.

2.1.15. Assim, a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de manutenção dos elevadores e da plataforma elevatória mostra-se necessária para preservar a funcionalidade dos equipamentos, garantir a segurança de servidores, membros e público externo e assegurar a manutenção das condições de acessibilidade nas edificações institucionais.

Justificativa quanto à natureza do serviço

2.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, conforme Art. 6º, XXI, alínea “a”, da Lei 14.133/2021:

2.2.1. Considerando ser caracterizado como serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Da previsão no Plano de Contratações Anual

2.3. A presente contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico Institucional do MPF (2022-2027), principalmente quanto ao Objetivo Estratégico: “Otimizar a gestão de pessoas, materiais e dados, com foco na eficiência, sustentabilidade e economicidade”.

2.4. A contratação em pauta consta no Plano Anual de Contratações de 2026 da PR/BA (PGEA nº 1.14.000.000765/2025-65) aprovado pela PGR conforme OFÍCIO CIRCULAR 221/2025 AEGON/SG - PGR-00240535/2025.

Enquadramento da contratação

2.5. A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Agrupamento do serviço

2.6. A solução será parcelada por item, considerando que o parcelamento apresenta vantagens ao resultado da contratação como um todo, mostrando-se viável técnica e economicamente.

Da participação de ME/EPP

2.7. A contratação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do Art 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, in verbis:

“Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

II - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; OU

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.”

2.7.1. Considerando-se que o valor anual total estimado da contratação é de R\$ 47.718,04 (quarenta e sete mil, setecentos e dezoito mil e quatro centavos), justifica-se a não aplicação do tratamento diferenciado estabelecido nos Arts. 47 e 48 em razão do artigo 75 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos que determina que é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores, combinado com o artigo 49, IV, da Lei Complementar nº 123/2006 que determina que não se aplica o disposto nos artigos 47 e 48 da referida lei quando a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do artigo 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

2.7.2. O artigo 49 da LC nº123/2006 informa que não se aplica o disposto nos artigos. 47 e 48 da referida Lei Complementar quando não houver um

mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

2.7.3. Ademais, o art. 10 do decreto nº 8.538/2015 informa que não se aplica o disposto nos art. 6º ao art. 8º quando não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

2.7.4. O mesmo decreto informa em seu artigo 1, §2º, que para efeitos deste Decreto, considera-se que âmbito local são os limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação e que âmbito regional são os limites geográficos do Estado ou da região metropolitana, que podem envolver mesorregiões ou microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

2.7.5. Durante a pesquisa de preços não foi possível comprovar a existência de no mínimo três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte e que sejam capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório visto que na referida pesquisa não se logrou encontrar o mínimo de três empresas que atendam os requisitos legais, de modo que não é possível se definir pela exclusividade do procedimento para micro e pequenas empresas.

Da participação de pessoas físicas

2.8. O objeto desta contratação **não possibilita a participação de pessoas físicas na condição de contratadas**, de acordo com IN SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021, uma vez que os serviços requerem estrutura mínima com equipamentos e equipe de profissionais para a execução incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

Da legislação pertinente

2.9. Diversos normativos de âmbito geral e concernentes ao MPF deverão nortear a futura contratação, visto que estabelecem para a Administração Pública critérios a serem seguidos para elaboração da instrução do processo de contratação. Abaixo as normas de maior relevância:

- A. Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- B. Portaria PGR/MPU nº 148, de 7 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público da União;
- C. Portaria PGR/MPU nº 28, de 16 de março de 2023, que regulamenta o § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do Ministério Público da União.
- D. Portaria PGR/MPU nº 38, de 16 de março de 2023, que institui a Política de Governança das Contratações do Ministério Público da União e da Escola Superior do Ministério Público da União;
- E. Portaria PGR/MPF nº 290, de 9 de maio de 2023, que dispõe sobre a Política de Sustentabilidade, o Plano de Logística Sustentável e a Rede MPF Sustentável no âmbito do Ministério Público Federal;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

- F. Portaria PGR/MPU nº 100, de 31 de maio de 2023, que regulamenta o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Ministério Público da União;
- G. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- H. Guia de Contratações Sustentáveis do MPF.

3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento e reposição de peças, componentes, acessórios e materiais necessários, para os três elevadores instalados no edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Item 1) e para a plataforma elevatória instalada na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista (Item 2), nos termos definidos neste Termo de Referência.

3.1.1. Justificativa da Modelagem da Contratação

3.1.1.1. A modelagem adotada fundamenta-se na necessidade de assegurar:

- A. A continuidade do funcionamento dos equipamentos de transporte vertical;
- B. A segurança dos membros, servidores, colaboradores e do público externo;
- C. A preservação do patrimônio público;
- D. A conformidade com normas técnicas vigentes e exigências legais;
- E. A redução de riscos de paralisação das atividades institucionais.

3.1.1.2. Os elevadores e a plataforma elevatória constituem equipamentos essenciais ao pleno funcionamento das atividades institucionais, sendo indispensáveis para garantir acessibilidade, mobilidade interna, segurança e regular fluxo de pessoas, inclusive de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

3.1.1.3. Considerando a natureza técnica e especializada dos serviços, bem como a necessidade de atendimento contínuo e ininterrupto, opta-se pela contratação de empresa especializada no ramo de Instalação / Manutenção – Elevadores, Escadas Rolantes, Monta-Cargas / Plataforma / Escadas (CATSER 3557), com comprovada capacidade técnica, operacional e profissional.

3.1.1.4. O serviço enquadra-se como serviço continuado, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que sua interrupção compromete diretamente a segurança, acessibilidade e regularidade das atividades administrativas. A vigência contratual plurianual mostra-se mais vantajosa, pois:

- I. Garante previsibilidade orçamentária;
- II. Permite melhor planejamento da manutenção;
- III. Reduz custos administrativos com sucessivas licitações;
- IV. Favorece maior conhecimento técnico dos equipamentos pela contratada.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

3.1.1.5. A modelagem contempla manutenção preventiva periódica e manutenção corretiva, incluindo reposição de peças mediante ressarcimento, assegurando solução completa e integrada, evitando contratações fragmentadas que poderiam comprometer a eficiência do serviço.

1. 3.1.2. Descrição Detalhada da Solução a Ser contratada

A solução compreende a execução dos seguintes serviços:

3.1.2.1. Manutenção Preventiva

3.1.2.1.1. Consiste na realização periódica de inspeções, testes, ajustes, lubrificações, limpezas técnicas e verificações sistemáticas dos componentes mecânicos, elétricos e eletrônicos dos equipamentos, com o objetivo de prevenir falhas e garantir desempenho seguro e eficiente.

3.1.2.1.2. A manutenção preventiva deverá incluir, no mínimo:

- A. Inspeção e ajuste de cabos de tração;
- B. Verificação de sistemas de freio;
- C. Inspeção de motores, redutores e máquinas de tração;
- D. Verificação de quadros de comando e componentes eletrônicos;
- E. Teste dos sistemas de segurança (limitadores de velocidade, paraquedas, sensores, chaves de segurança);
- F. Inspeção de portas de pavimento e cabina;
- G. Verificação de nivelamento e precisão de parada;
- H. Lubrificação técnica de componentes;
- I. Inspeção das guias, contrapesos e fixações;
- J. Testes operacionais completos;
- K. Emissão de relatório técnico mensal detalhado.

3.1.2.1.3. A periodicidade mínima deverá ser mensal, podendo ser ampliada conforme necessidade técnica identificada.

3.1.2.2. Manutenção Corretiva

3.1.2.2.1. Consiste no atendimento a chamados técnicos para correção de falhas, defeitos, paneis ou funcionamento inadequado dos equipamentos, compreendendo:

- A. Diagnóstico técnico especializado;
- B. Substituição ou reparo de componentes defeituosos;
- C. Reprogramação de sistemas eletrônicos;
- D. Restabelecimento integral das condições normais de funcionamento;
- E. Atendimento emergencial para casos de passageiros retidos.

3.1.2.2.2. A contratada deverá disponibilizar:

- I. Atendimento emergencial 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana;
- II. Equipe técnica habilitada e uniformizada;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

III. Ferramental adequado e equipamentos de segurança;

IV. Registro formal dos atendimentos realizados.

3.2. Fornecimento e Reposição de Peças

3.2.1.1. A solução inclui o fornecimento e reposição de peças, componentes e acessórios necessários à perfeita execução dos serviços, observando-se que:

- I. As peças deverão ser originais de fábrica ou similares com comprovada equivalência técnica;
- II. Deverão atender às normas técnicas vigentes;
- III. A substituição dependerá de prévia autorização da Administração;
- IV. O ressarcimento será realizado conforme valores previamente pactuados ou mediante comprovação de preço compatível com o mercado.

3.2.1.2. Incluem-se, exemplificativamente:

- A. Contadores, relés e componentes eletrônicos;
- B. Placas de comando;
- C. Cabos de aço;
- D. Sensores e chaves de segurança;
- E. Rolamentos;
- F. Fechaduras e operadores de porta;
- G. Botões, sinalizadores e dispositivos de comando;
- H. Componentes de freio e tração.

3.2.2. Procedimento para autorização e fornecimento de peças, componentes e acessórios

O fornecimento de peças, componentes ou acessórios necessários à execução dos serviços de manutenção preventiva ou corretiva dependerá de autorização formal da Administração e observará o procedimento administrativo a seguir, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

3.2.2.1. Constatada a necessidade de substituição de peça ou componente, a contratada deverá apresentar relatório técnico detalhado:

- I. Identificação do equipamento;
- II. Descrição da falha ou desgaste identificado;
- III. Justificativa técnica da necessidade de substituição;
- IV. Especificação completa da peça ou componente;
- V. Eventuais riscos operacionais decorrentes da não substituição.

3.2.2.2. O relatório técnico será encaminhado à Fiscalização do contrato, que o encaminhará à engenharia do órgão.

3.2.2.3. Caberá à engenharia do órgão realizar a análise técnica do relatório apresentado pela contratada, podendo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

I. Validar a necessidade da substituição;

II. Solicitar esclarecimentos ou complementações técnicas;

III. Rejeitar a justificativa apresentada.

3.2.2.4. Comprovada a necessidade da substituição, a CONTRATADA apresentará à CONTRATANTE 3 (três) propostas de preços. Na hipótese de incompatibilidade com os valores de mercado, o Fiscal do contrato ampliará a pesquisa e concederá à CONTRATADA a possibilidade de ajuste de sua proposta ao menor preço encontrado.

3.2.2.5. Os orçamentos apresentados pela CONTRATADA deverão ser detalhados, contendo quantidade, marca, modelo, nome do fabricante e os valores unitário e total dos itens a serem utilizados na execução dos serviços.

3.2.2.6. No caso de fornecedor exclusivo do componente, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade, ou outro meio de comprovação se este for inviável, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso o componente nunca tenha sido vendido, deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

3.2.2.7. As peças, componentes e/ou acessórios utilizados na manutenção preventiva ou corretiva deverão ser originários do respectivo fabricante do equipamento, ou de outra empresa especializada e legalmente estabelecida por ele indicada. Os itens substituídos durante a execução dos serviços deverão ser devolvidos à CONTRATANTE.

3.2.2.8. Todos os materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, sua procedência deverá ser facilmente aferida, não podendo ser reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à aprovação da fiscalização.

3.2.2.9. Os valores despendidos pela CONTRATADA para o fornecimento das peças, componentes e/ou acessórios serão ressarcidos/reembolsados pela CONTRATANTE, na forma descrita a seguir.

3.2.2.10. O valor a ser ressarcido será aquele apresentado na nota fiscal de compra, acrescido do BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) constante da proposta da CONTRATADA, no percentual máximo de 14,02%, referencial médio definido no item 9.1 do Acórdão Nº 2622/2013-TCU-Plenário para mero fornecimento de materiais e equipamentos.

3.2.2.11. O valor do produto na nota fiscal de compra não poderá ser maior que o valor mínimo indicado na pesquisa de preço.

3.2.2.12. Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal própria, constando:

3.2.2.12.1. Especificação completa e quantidades do produto fornecido;

3.2.2.12.2. Valor unitário do produto igual ao valor unitário constante na nota fiscal de compra, acrescido do respectivo BDI constante da proposta da Contratada;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

3.2.2.12.3. Discriminação de todos os tributos federais incidentes a serem retidos e recolhidos de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012 e Solução de Consulta COSIT RFB 317/2019, sob pena de não ter seus custos ressarcidos/reembolsados.

3.2.2.13. A CONTRATANTE poderá, a seu critério e exclusivo juízo, optar pela aquisição direta das peças, componentes e ou acessórios necessários, mediante processo específico e desvinculado do contrato.

3.2.2.14. O fornecimento de materiais de consumo, tais como: lubrificantes, produtos e materiais de limpeza e outros necessários à execução dos serviços, será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.2.15. Sempre que possível, e sem prejuízos à qualidade e funcionalidade dos equipamentos, serão empregados preferencialmente materiais e peças produzidas com parâmetros sustentáveis, visando a reduzir os impactos ambientais de produção e consumo.

3.2.2.16. A CONTRATADA deverá apresentar garantia mínima de 90 (noventa) dias para as peças e componentes substituídos.

3.2.2.17. O valor anual para ressarcimento de peças terá como teto individual R\$ 6.432,64 para os Elevadores de Salvador (Item 1) e R\$ 2.144,21 para a Plataforma de Vitória da Conquista (Item 2).

A definição destes limites baseia-se na proporcionalidade do parque instalado — sendo 03 (três) elevadores em Salvador e 01 (uma) plataforma em Conquista — e na prudência administrativa, adotando-se o ano de maior gasto do histórico (2022) como parâmetro balizador para garantir a cobertura operacional.

A utilização do parâmetro de Salvador para o cálculo de Conquista justifica-se pela ausência de registros de gastos específicos nesta localidade no último quinquênio. O montante de referência foi corrigido pelo IGPM, seguindo a evolução apurada: R\$ 3.577,38 em 2021; R\$ 6.294,73 em 2022; R\$ 1.800,00 em 2023; e sem registros de desembolso em 2024 e 2025.

Caso o limite estimado seja atingido no exercício, a Administração avaliará a necessidade de aditamento contratual ou outra solução administrativa fundamentada na legislação vigente.

3.3. Obrigações Técnicas da contratada

3.3.1. A contratada deverá:

- A. Manter responsável técnico legalmente habilitado;
- B. Cumprir integralmente as normas técnicas aplicáveis, inclusive da ABNT;
- C. Atender às normas de segurança do trabalho;
- D. Manter seguro de responsabilidade civil;
- E. Apresentar relatórios mensais de manutenção;
- F. Manter controle de histórico técnico dos equipamentos;
- G. Garantir sigilo e conduta compatível com o ambiente institucional.

3.4. Resultados Esperados

Com a presente modelagem, pretende-se assegurar:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

- A. Funcionamento contínuo e seguro dos elevadores e da plataforma;
- B. Redução de falhas inesperadas;
- C. Atendimento rápido a ocorrências;
- D. Preservação da vida útil dos equipamentos;
- E. Conformidade com normas técnicas e legais;
- F. Melhoria da acessibilidade e da segurança institucional.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se adequada, técnica e economicamente viável, atendendo integralmente ao interesse público e garantindo a qualidade da contratação.

3.5 Caracterização dos equipamentos

3.5.1. Os serviços objeto da contratação referem-se aos seguintes equipamentos de transporte vertical instalados nas unidades institucionais:

3.5.1.1. Unidade de Salvador – edifício-sede

- 3 (três) elevadores de passageiros
- Fabricante: Thyssenkrupp Elevadores
- Modelo: FREQUENCEDYNE
- Sistema de acionamento: tração elétrica por cabos
- Capacidade nominal: 750 kg
- Número de paradas: 12 pavimentos
- Ano de instalação aproximado: 2010

3.5.1.1.1. Os elevadores são utilizados para transporte de membros, servidores, colaboradores e público externo, sendo dois destinados prioritariamente ao uso social e um destinado ao uso exclusivo, podendo um dos elevadores sociais ser utilizado como elevador de serviço conforme necessidade operacional.

3.5.1.2. Unidade de Vitória da Conquista

- 1 (uma) plataforma elevatória hidráulica
- Fabricante: Thyssenkrupp Elevadores
- Modelo: VHL30
- Idade aproximada: superior a 5 anos
- Utilização principal: garantia de acessibilidade entre pavimentos.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos objetivos do processo licitatório (inciso IV do art. 11 da Lei 14.133/21), deverão ser exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade, no que couber:

4.1.1. A contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 3º e 10º



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

da Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como o Art. 45 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Declaração de que o fornecedor, ou seus dirigentes, não foi(ram) condenado(s) por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do serviço

Garantia da contratação

4.3. Considerando o histórico de contratações com o mesmo objeto já realizadas pela PR/BA, o valor estimado da presente contratação e a baixa complexidade dos serviços demandados, não se faz necessária a exigência das garantias contratuais previstas no art. 96, da Lei 14.133/2021.

Vistoria

4.4. Não será obrigatória a realização de avaliação prévia no local de execução dos serviços, sendo facultada a vistoria técnica nos termos do item 1.2.3.

Da participação de consórcio de empresas

4.5. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio, pois a realidade do mercado demonstra que existem várias empresas especializadas no objeto desta contratação, não precisando de outras empresas para auxílio técnico ou operacional.

5 – EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições da execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 Início da execução do objeto: dez dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2 A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho estão descritos no documento anexo de especificações do serviço.

5.1.3 O cronograma de realização dos serviços está descrito no documento anexo de especificações do serviço.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:

5.2.1. Item 1: PR-BA - Rua Ivone Silveira, 243, Doron, Salvador-Ba, CEP 41.194-015

5.2.2. Item 2: PRM Vitória da Conquista - Rua Ivo Freire de Aguiar, 567 - Candeias, Vitória da Conquista - BA, 45028-095

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. Atendimentos normais: De segunda a sexta-feira de 8h00 às 19h00, podendo ser determinado horário diverso pelo fiscal do contrato compreendido neste intervalo para que o serviço seja realizado da forma mais adequada ao atendimento ao interesse público;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.3.2. Resgate de passageiros retidos: 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, de domingo a domingo, inclusive domingos, feriados, ponto facultativo ou qualquer outro dia, inclusive para resgate de vigilantes que ficarem retidos, sendo que estes trabalham no prédio continuamente em regime de revezamento de turnos ininterruptos;

5.3.3 Serviços de maior complexidade como substituição de cabo de aço e outros similares (a similaridade será definida pela fiscalização), poderão ser realizados nos mesmos horários dos serviços normais ou em horários diversos. Em qualquer das hipóteses a fiscalização definirá o horário conforme a necessidade de atendimento ao público e o melhor interesse público.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas previstas no anexo das especificações dos serviços.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. PR-BA Salvador

5.6.1.1. A demanda da unidade de Salvador tem como base a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores instalados no edifício sede da Procuradoria da República na Bahia, compreendendo execução indireta em regime de empreitada por preço global.

5.6.1.2. O objeto deverá abranger:

5.6.1.2.1. Manutenção preventiva mensal obrigatória, com realização mínima de uma visita técnica por mês, em horário comercial previamente ajustado com a fiscalização, visando inspeção completa dos equipamentos, testes de funcionamento, ajustes, regulagens, lubrificação, limpeza técnica e verificação dos dispositivos de segurança.

5.6.1.2.2. Manutenção corretiva sob demanda das 8 h às 19 h em dias úteis, mediante acionamento da Administração.

5.6.1.2.3. Os prazos de atendimento observarão o disposto no item 6.28 deste Termo de Referência.

5.6.1.2.4. Fornecimento, por conta da contratada, de todos os materiais de consumo necessários à execução dos serviços, tais como graxas, estopas, fitas isolantes, desengripantes e demais insumos correlatos, bem como ferramentas, equipamentos auxiliares, andaimes, talhas e escadas.

5.6.1.2.5. Substituição e reposição de peças e componentes originais ou similares, quando tecnicamente admitido, observadas as normas técnicas aplicáveis, com possibilidade de utilização de peças similares somente mediante autorização prévia da engenharia do órgão após pedido de verificação da fiscalização e comprovação de equivalência técnica.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

5.6.1.2.6. Execução dos serviços por profissionais habilitados, sob responsabilidade técnica de engenheiro mecânico devidamente registrado no CREA-BA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia), com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica, ou por técnico registrado no respectivo conselho profissional, com emissão de Termo de Responsabilidade Técnica.

5.6.1.2.7. Execução dos serviços no interior das cabines, no poço e na casa de máquinas, inclusive em altura superior a 2 metros, com utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual adequados.

5.6.1.2.8. Observância das normas da ABNT, das especificações dos fabricantes e das diretrizes técnicas e de fiscalização da Administração, incluindo práticas de sustentabilidade, como utilização de peças certificadas pelo Inmetro, destinação ambientalmente adequada de resíduos e uso de produtos menos agressivos ao meio ambiente.

5.6.1.2.9. Capacidade operacional para atendimento dentro dos prazos estabelecidos.

5.6.1.3. A demanda justifica-se pela necessidade de garantir segurança aos usuários, continuidade do serviço público, preservação patrimonial e atendimento às exigências legais relativas à operação de equipamentos de transporte vertical.

5.6.2. PRM de Vitória da Conquista

5.6.2.1. A demanda da unidade de Vitória da Conquista tem como base a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da plataforma elevatória instalada no edifício da Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista.

5.6.2.2. O objeto deverá contemplar:

- a) Manutenção preventiva mensal obrigatória, realizada ao menos uma vez por mês, em dias úteis e dentro do horário comercial, abrangendo inspeção técnica completa, testes de segurança, verificação de infiltrações, limpeza técnica, ajustes e regulagens necessárias ao perfeito funcionamento do equipamento.
- b) Os prazos de atendimento observarão o disposto no item 6.28 deste Termo de Referência.
- c) Fornecimento de peças e componentes originais ou similares, mediante critérios técnicos e observância das normas vigentes, respeitando-se as exigências de qualidade e a possibilidade de recusa pela Administração em caso de não conformidade.
- d) Fornecimento de todos os materiais de consumo, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços, sem ônus adicional para a Administração.
- e) Colocação de sinalização adequada durante a execução das manutenções preventivas e corretivas, informando aos usuários a realização dos serviços.
- f) Execução dos serviços por técnicos especializados, sob responsabilidade técnica formalmente constituída, com observância das normas do fabricante e das normas técnicas aplicáveis.
- g) Observância das diretrizes de sustentabilidade e destinação ambientalmente adequada de resíduos provenientes da manutenção, incluindo óleos, lâmpadas, baterias e demais materiais descartados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

h) Capacidade operacional para atendimento dentro dos prazos estabelecidos.

5.6.2.3. A contratação visa assegurar o pleno funcionamento da plataforma elevatória, garantir acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida, preservar a integridade do equipamento e atender às exigências técnicas e de segurança aplicáveis ao transporte vertical de usuários.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 – GESTÃO DO CONTRATO

Da contratação e fiscalização

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

Preposto

6.6. A contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.9.1. A autorização para execução de intervenções que envolvam substituição de peças, componentes ou serviços extraordinários dependerá de manifestação técnica da área de engenharia e autorização formal da Administração, observando-se os procedimentos administrativos internos.

6.9.2. Nenhuma substituição de peça que implique ressarcimento financeiro poderá ser realizada sem autorização prévia da fiscalização técnica do contrato e da Administração..

6.9.2.1 A execução sem autorização implicará a não aceitação da despesa pela Administração.

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, II);

6.10.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.10.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, III);

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, V);

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, VII);

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, I e X);

6.13.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XII).

Gestor do Contrato

6.14. O gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização do contrato. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, I).

6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, II).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, III);

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VII);

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, VIII);

6.19. O gestor do contrato elaborará relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração, podendo ser utilizado como insumo para a confecção dos estudos técnicos preliminares, termo de referência e projeto básico das novas contratações; (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 16, V);

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Das obrigações das partes

6.21. Obrigações do contratante:

6.21.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto da contratação, inclusive, permitir o livre acesso dos profissionais da contratada às dependências dos prédios para a entrega do objeto contratado, respeitadas as normas de segurança estabelecidas pelo contratante e aquelas contidas nesta contratação e em diplomas legais específicos;

6.21.2. Fornecer as orientações, dados e informações técnicas de sua responsabilidade, necessárias ao cumprimento do objeto da contratação e prestar quaisquer esclarecimentos adicionais relevantes ao cumprimento adequado da contratação;

6.21.3. Atestar as faturas/notas fiscais emitidas pela contratada, desde que emitidas em conformidade com as condições estabelecidas nesta contratação;

6.21.4. Efetuar o pagamento à contratada na forma e no prazo estabelecidos na contratação, após cumpridas todas as formalidades legais;

6.21.5. Manifestar-se, formalmente, em todos os atos relativos à execução da contratação, em especial, aplicação de sanções e alterações, notificando a contratada, por escrito, quando verificada qualquer irregularidade nos serviços entregues;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.21.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

6.21.7. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.21.8. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste instrumento;

6.21.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.21.9.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.21.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

6.21.11. Emitir ordem de serviço para a execução dos serviços após a empresa entregar a Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA ou Termo de Responsabilidade Técnica junto ao CRT.

6.21.12. Comunicar à contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.21.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.21.14. Será(ão) nomeado(s) servidor(es), que ficará(ão) responsável(is) pela, gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, devendo fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados para o fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas. Ademais, caberá ao(s) Gestor(es) atestar a nota fiscal quando do recebimento definitivo, o que não exclui nem reduz as responsabilidades da contratada;

6.21.14.1. O(s) servidor(es) nomeado(s) para atuarem na gestão, fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado terá(ão) poderes para:

- A. Definir toda e qualquer ação de orientação, gerenciamento, controle e acompanhamento da execução do Contrato, determinando as providências cabíveis;
- B. Suspender o fornecimento do objeto contratado, total ou parcialmente, a qualquer tempo, no caso de não atendimento aos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência, submetendo o assunto à consideração da SA/MPF, para providências;
- C. Recusar qualquer serviço que não for entregue dentro dos parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.22. Obrigações da contratada:

6.22.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.22.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.22.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.22.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.22.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.22.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante;

6.22.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

6.22.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

6.22.1.8. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.22.1.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

6.22.1.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

- 6.22.1.11. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 6.22.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.22.1.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 6.22.1.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 6.22.1.15. Comprovar, sempre que solicitado pela Administração, o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas. (art. 116, parágrafo único);
- 6.22.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.22.1.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.22.1.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 6.22.1.19. Comunicar-se por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de e-mail para esse fim.
- 6.22.1.20. Contar os prazos, durante toda a contratação, nos casos de notificação, de intimação ou de comunicação, a partir da data de envio do e-mail pela PR/BA ou do horário e data de envio de mensagem por aplicativo de mensagens eletrônicas pela PR/BA ou, ainda, do horário e data de recebimento de ligação por parte da fiscalização, que a registrará para realizar posteriores exigências contratuais.
- 6.22.1.21. Disponibilizar um e-mail e número de telefone para eventuais contatos com o preposto da empresa e para os chamados de emergência, disponíveis 24 (vinte e quatro) horas, inclusive aos domingos e feriados.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.22.1.21.1. O telefone deverá permitir o recebimento de mensagens eletrônicas por meio do aplicativo Zoom, do aplicativo Whatsapp ou outro aplicativo que os vier a substituir de acordo com determinação da fiscalização.

6.22.1.22. Manter permanentemente atualizado o e-mail e o telefone de contato com a contratante.

6.22.1.23. Comparecer sempre que a fiscalização convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.22.1.24. Receber mensagens via aplicativos de mensagens Zoom e Whatsapp e manter o aplicativo configurado de modo a permitir que o remetente visualize o recebimento da mensagem pelo receptor.

6.22.1.25. Executar os serviços nos prazos estabelecidos neste documento contando o prazo da comunicação que poderá ser feita pelo órgão por e-mail, por escrito, por aplicativo de mensagens ou por telefone.

6.22.1.26. Realizar a manutenção corretiva sob demanda das 8h às 19h em dias úteis, mediante acionamento da Administração.

6.22.1.27. Atender em regime de plantão chamados considerados urgentes pela fiscalização, como resgate de pessoas retidas no interior da cabine, em até 30 (trinta) minutos a qualquer dia e horário, inclusive sábados, domingos e feriados.

6.22.1.27.1. A empresa contratada é especializada em manutenção de elevadores e deve providenciar todos os meios necessários ao atendimento do prazo definido neste documento.

6.22.1.28. Atender aos chamados técnicos em até uma hora corrida em caso de risco iminente ao patrimônio, em até duas horas corridas em caso de ruído ou odor anormal e até quatro horas úteis quando houver paralisação parcial ou total do equipamento, exceto nos casos de passageiros retidos, cujo atendimento observará o prazo máximo de 30 (trinta) minutos previsto neste documento.

6.22.1.28.1. A empresa contratada é especializada em manutenção de elevadores e deve providenciar os meios necessários ao atendimento dos prazos definidos neste documento.

6.22.1.29. O prazo máximo para restabelecimento do funcionamento do equipamento avariado será de até 24 (vinte e quatro) horas, exceto nos casos em que seja comprovadamente necessária a aquisição de peça não disponível no estoque da contratada.

6.22.1.29.1. Nessa hipótese, a contratada deverá apresentar justificativa técnica e estimativa de prazo para solução e o prazo será contado a partir do momento em que a peça for disponibilizada pela contratada, nos casos de fornecimento de peças por ressarcimento, ou pela Administração, nos casos de fornecimento das peças pelo próprio órgão.

6.22.1.29.2. No caso de fornecimento do material pela contratada, o prazo de fornecimento não poderá ser superior ao prazo normal de mercado a ser apurado pelo fiscal técnico do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

6.22.1.29.3. Assim que o fiscal técnico do contrato apurar que o prazo normal de mercado para o fornecimento do material se esgotou, deverá iniciar a contagem do prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a efetivação do conserto.

6.22.1.29.4. Caso o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o conserto do equipamento seja tecnicamente inviável, deverá a contratada justificar a dilação do prazo, bem como propor novo prazo técnico necessário. O fiscal técnico do contrato, ouvida a engenharia do órgão, poderá aceitar ou não a dilação do prazo e, no caso de aceitação, ajustar o prazo proposto pela contratada à real necessidade do serviço.

6.22.1.30. Realizar a manutenção mensal até o vigésimo dia de cada ciclo mensal de execução. O primeiro ciclo mensal será iniciado junto à execução do contrato, conforme estipulado na Ordem de Serviço. Os demais ciclos serão mensais, usando-se como referência o início da execução dos serviços, de modo que anualmente existam 12 (doze) ciclos mensais.

6.22.1.31. Atingir o índice mínimo de disponibilidade operacional dos equipamentos de 98% (noventa e oito por cento) ao mês. O cálculo da disponibilidade será realizado com base nos registros de ocorrências e relatórios técnicos apresentados pela contratada e validados pela engenharia do órgão. O cálculo será realizado através da divisão do tempo total de disponibilidade (tempo total mensal subtraído do tempo fora de operação - downtime) pelo tempo total mensal (todo o tempo do mês). Essa divisão deverá ser multiplicada por 100 para obter o percentual.

6.22.1.31.1. Para fins de cálculo da disponibilidade operacional não serão considerados os períodos de parada previamente programados e autorizados pela fiscalização para realização de manutenção preventiva.

6.22.1.31.2. O cálculo da disponibilidade será realizado considerando o total de horas de funcionamento esperado no período mensal, descontados os períodos de manutenção preventiva previamente programados e autorizados pela fiscalização.

6.22.1.32. Executar todos os serviços definidos no anexo I deste Termo de Referência – Especificação dos Serviços.

6.22.1.33. Após cada visita técnica, preventiva ou corretiva, a contratada deverá apresentar relatório detalhado contendo:

- I. Data e horário da intervenção;
- II. Identificação do equipamento;
- III. Descrição dos serviços executados;
- IV. Componentes substituídos;
- V. Recomendações técnicas.

6.22.1.33.1. Os relatórios deverão ser encaminhados à fiscalização no prazo máximo de dois dias



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

úteis após a intervenção.

6.22.1.34. A contratada deverá manter responsável técnico devidamente habilitado perante o conselho profissional competente, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica, se o responsável for registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), ou Termo de Responsabilidade Técnica, se o responsável for registrado no CRT (Conselho dos Técnicos Industriais), relativa aos serviços contratados.

6.22.1.34.1. Nenhum serviço poderá ser iniciado sem o anterior registro no conselho profissional competente.

6.22.1.35. Iniciar os serviços apenas após a efetivação do devido registro da atividade no conselho profissional competente.

6.22.1.36. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica registrada junto ao CREA ou Termo de Responsabilidade Técnica registrada junto ao CRT relativa à execução dos serviços objeto do contrato, emitida pelo profissional legalmente habilitado responsável pela execução do contrato.

6.22.1.37. Providenciar que todos os relatórios técnicos sejam assinados pelo profissional responsável pela execução do serviço ou pelo responsável técnico da contratada, exceto os relatórios de manutenção rotineiros, que deverão ser assinados pelos executantes.

6.22.1.38. Executar os serviços que exigirem capacitação através de engenheiros e/ou técnicos devidamente habilitados e registrados no CREA ou CRT.

6.22.1.38.1. Antes de iniciados os serviços, deverá a empresa apresentar o registro dos profissionais nos respectivos conselhos.

6.22.1.39. Atingir classificação superior a péssimo no Instrumento de Medição de Resultado descrito em 8.25 e seus subtópicos.

6.23. É vedado à contratada:

6.23.1. Ter como sócios, gerentes, diretores ou administradores cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, no âmbito do Ministério Público Federal;

6.23.2. A vedação constante no subitem 6.23.1 se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até seis meses após a desincompatibilização;

6.23.3. A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Da proteção de dados pessoais

6.24. A contratada adere à Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais do contratante e se compromete a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente o disposto na Resolução CNMP nº 281/2023, na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), na Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet) e nos demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

Da execução dos serviços

6.25. A descrição pormenorizada dos serviços está descrita no anexo I - Especificação dos serviços.

6.27. Considera-se atendimento emergencial toda ocorrência que implique paralisação total do equipamento ou risco à segurança dos usuários.

6.28. Os atendimentos técnicos emergenciais devem ser atendidos em até uma hora corrida em caso de risco iminente ao patrimônio, em até duas horas corridas em caso de ruído ou odor anormal e até 4 quatro horas úteis quando houver paralisação parcial ou total do equipamento, exceto nos casos de passageiros retidos, cujo atendimento observará o prazo máximo de 30 (trinta) minutos previstos neste documento.

6.29. Caso seja constatada a repetição de falha técnica em um mesmo equipamento por três ocorrências consecutivas, a fiscalização poderá exigir análise técnica detalhada da causa raiz e a apresentação de plano de solução definitiva pela contratada.

6.30. Os relatórios técnicos emitidos pela contratada passarão a integrar o processo administrativo de acompanhamento do contrato.

6.31. Além da periodicidade definida neste documento e seu anexo, a manutenção preventiva deverá ser realizada em periodicidade compatível com as recomendações técnicas do fabricante e as boas práticas de manutenção de sistemas de transporte vertical.

7 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer em quaisquer das situações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato;

7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

7.2. Quando a mesma conduta resultar em infração à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e à Lei nº 14.133, de 2021, as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do art. 30, II, da Lei nº 12.846, de 2013.

7.2.1. Se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

7.2.2. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.2.3. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.2.4. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.

7.3. Os parâmetros para aplicação de penalidades regulam-se pela Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023. Assim, a contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 7.1 ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

7.3.1. Advertência, somente na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave;

7.3.2. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento).

7.3.3. Multa sancionatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, no caso de inexecução parcial, ou sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado.

7.3.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos itens 7.1.2 a 7.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 7.1.5 a 7.1.8, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

7.4. Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

7.5. A multa aplicada deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da GRU pela contratada sancionada.

7.5.1. Caso o licitante ou a contratada requeira o parcelamento, proceder-se-á aos descontos citados no item seguinte, antes de consolidar a dívida residual a ser parcelada.

7.5.2. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

7.5.2.1. Descontado dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU;

7.5.2.2. Descontado da garantia, se houver.

7.5.3. Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no item anterior, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

7.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.7. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.8.2. a culpabilidade do infrator;

7.8.3. as peculiaridades do caso concreto;

7.8.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.8.5. os danos causados à Administração Pública;

7.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, na Portaria PGR/MPU nº 178, de 2023, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

7.10. No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da decisão definitiva de aplicação da penalidade, as sanções aplicadas devem ser informadas, para fins de publicidade, conforme o caso:

7.10.1. no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

7.10.2. no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

7.10.3. No Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

7.11. Nos casos em que a conduta do acusado se enquadrar em infrações administrativas distintas, aplicar-se-ão os critérios da especialidade, da subsidiariedade ou da consunção para a solução do aparente conflito.

7.12. Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções previstas nos itens 7.3.1 a 7.3.4, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do acusado.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

7.12.1. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará motivadamente à autoridade superior para apreciá-lo e proferir a decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

7.13. Da aplicação da sanção administrativa prevista no item 7.3.5, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

7.13.1. O pedido de reconsideração será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

7.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

7.15. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8 – CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

Do recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de **10 (dez)** dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

8.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação oriunda da contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Portaria PGR/MPU nº 28, de 2023, art. 17, XIII).

8.5. Para efeito de recebimento provisório, conforme cronograma de execução:

8.5.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.5.2. o fiscal administrativo deverá verificar os documentos que comprovem a regularidade fiscal e trabalhista da contratada, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.7. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

8.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **15 (quinze) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.11.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.11.2. Comunicar à empresa para que emita e envie a Nota Fiscal ou Fatura, no valor exato dimensionado pela fiscalização, juntamente com a documentação pertinente, ao setor de contratos, para procedimentos de liquidação e pagamento.

8.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

8.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Do faturamento

8.15. Após comunicação pela comissão ou servidor mencionado no item 8.11, e no prazo de até 2 (dois) dias úteis, a contratada deverá apresentar fatura ou nota fiscal devidamente discriminada, em nome da Procuradoria da República no Estado da Bahia, CNPJ: 26.989.715/0010-01, acompanhada das respectivas comprovações de regularidade de habilitação exigidas no instrumento convocatório.

8.15.1. A Nota Fiscal deve corresponder ao objeto recebido e respectivos valores e quantitativos apurados pela fiscalização.

8.15.2. No caso de divergência, especialmente quando houver adimplemento parcial, o contratante notificará a contratada a sanar o problema em 2 (dois) dias úteis, com suspensão do prazo de pagamento.

8.16. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar com a Nota Fiscal a devida comprovação a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a Lei Complementar nº 123/2006.

8.17. Quando do pagamento da fatura ou nota fiscal será efetuada a retenção dos valores correspondentes a tributos e contribuições sociais, nos termos legais.

8.18. Serão deduzidos dos créditos da contratada os valores relativos a multas e juros de mora de tributos e contribuições sociais, decorrentes de entrega de faturamento em atraso, configurado por prazo inferior a 10 (dez) dias corridos do vencimento da obrigação

Das condições de pagamento

8.19. O pagamento à contratada será efetuado pelo serviço efetivamente prestado, em moeda nacional, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar do atesto da Fatura/Nota Fiscal, por meio de depósito em conta-corrente, mediante Ordem Bancária.

8.20. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

8.21. Qualquer atraso acarretado por parte da contratada na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.

8.22. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.

8.23. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo contratante, mediante a aplicação da seguinte fórmula:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

$I = \frac{(TX/100)}{365}$, assim apurado: $I = \frac{(6/100)}{365} = 0,00016438$

365

365

Em que:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual = 6%;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

8.23.1. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 38 do Decreto nº 93.872/1986.

8.24. No pagamento do(s) serviço(s) descrito(s) na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e Contribuição para o PIS/PASEP, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Ademais, a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS) ocorrerá desde que esteja prevista em regulamento que se aplique ao caso.

8.25. A fatura mensal poderá sofrer glosas, conforme o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), referentes ao mês de competência da prestação de serviços ou de meses anteriores.

Do Instrumento de Medição de Resultados - IMR

8.25.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme a aferição da qualidade da prestação dos serviços dispostos neste item.

8.25.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

8.25.2.1. Não produzir os resultados acordados;

8.25.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.25.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.25.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.25.4. Durante os primeiros 60 (sessenta) dias de contrato, a título de carência, para que a contratada efetue os ajustes necessários à correta execução dos serviços, não serão aplicadas glosas no caso de relatório apontar pontuação na faixa de glosa. A carência a que se refere o caput não será válida em caso de prorrogação contratual.

8.25.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.25.5.1. O período de apuração será mensal, coincidindo com o período de faturamento;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

8.25.5.2. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos no IMR, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada, de acordo com as regras previstas neste instrumento, no Edital e demais anexos;

8.25.5.3. Para efeito de recebimento provisório o fiscal técnico do Contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos nas tabelas abaixo, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado à área de gestão do Contrato;

8.25.5.4. Cabe ao fiscal técnico do contrato, até o terceiro dia útil do ciclo mensal de execução seguinte, preencher a planilha do Instrumento de Medição do Resultado, descrevendo resumidamente a ocorrência e apurando a pontuação a ser aplicada;

8.25.5.5. Cabe ao fiscal administrativo ou gestor do contrato, até o sexto dia útil do ciclo mensal de execução seguinte, verificar os lançamentos feito pelo fiscal técnico e encaminhar à contratada;

8.25.5.6. A contratada poderá apresentar, no prazo de 3 (três) dias úteis, justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização, desde que comprovada documentalmente a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da contratada;

8.25.5.7. As glosas apuradas no IMR incidirão sobre o valor bruto do preço mensal, antes da incidência de eventuais descontos apurados sobre faltas e atrasos previstos neste item;

8.25.5.8. Após será solicitado a emissão das Notas Fiscais.

8.25.6. Os Indicadores que regerão os critérios para avaliação do IMR terão como base as tabelas abaixo, as quais servirão como referência para a fiscalização:

Descrição e critérios dos itens avaliados Pontos	Pontos
Item 1: Pontualidade na execução da manutenção preventiva (mensal)	
Na data estipulada (no máximo até o vigésimo dia do ciclo mensal de execução - O primeiro ciclo mensal será iniciado junto à execução do contrato, conforme estipulado na Ordem de Serviço. Os demais ciclos serão mensais, usando-se como referência o início da execução dos serviços, de modo que anualmente existam 12 (doze) ciclos mensais.)	4
Com até três dias de atraso	3
Com até seis dias de atraso	2
Com sete ou mais dias de atraso	0
Item 2: Pontualidade na execução da manutenção corretiva não urgente	



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

Obs.: havendo mais de uma ocorrência no mês, será utilizada a média.	
Execução da manutenção corretiva nos prazos e condições estabelecidas neste documento	4
Execução da manutenção corretiva com até 12 (doze) horas de atraso	3
Execução da manutenção corretiva com até 24 (vinte e quatro) horas de atraso	2
Execução da manutenção corretiva com mais de 24 (vinte e quatro) horas de atraso	0
Item 3: Pontualidade no atendimento solicitado em regime de emergência/urgência, inclusive resgate, abertura de porta ou remoção de pessoa retida por qualquer razão. Obs.: havendo mais de uma ocorrência no mês, será utilizada a média.	
Atendimentos em regime de emergência/urgência no prazo de até 30 (trinta) minutos ou na ocorrência de eventos que necessitem chamados de manutenção corretiva urgente	4
Atendimento em regime de emergência/urgência no prazo de até 60 (sessenta) minutos	3
Atendimento em regime de emergência/urgência no prazo de até 90 (noventa) minutos	1
Atendimento em regime de emergência/urgência no prazo de mais de 90 (noventa) minutos	0
Item 4: Quantidade de paradas do elevador/plataforma por problemas técnicos	
Até 2 paradas do mesmo equipamento no mês	4
3 paradas do mesmo equipamento no mês	3
4 paradas do mesmo equipamento no mês	2
Acima de 4 paradas do mesmo equipamento no mês	0
Item 5: Quantidade de chamados abertos para manutenção corretiva	
Até 2 chamados para o mesmo elevador/plataforma no mês	4
3 a 4 chamados para o elevador/plataforma no mês	3
5 a 7 chamados para o elevador/plataforma no mês	1
8 ou mais chamados para o elevador/plataforma no mês	0
Item 6: Índice mínimo de disponibilidade operacional dos equipamentos de 98% (noventa e oito	



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA

por cento) ao mês. O cálculo da disponibilidade será realizado com base nos registros de ocorrências e relatórios técnicos apresentados pela contratada e validados pela engenharia do órgão. O cálculo será realizado através da divisão do tempo total de disponibilidade (tempo total mensal subtraído do tempo fora de operação - downtime) pelo tempo total mensal (todo o tempo do mês). Essa divisão deverá ser multiplicada por 100 para obter o percentual. O cálculo da disponibilidade será realizado considerando o total de horas de funcionamento esperado no período mensal, descontados os períodos de manutenção preventiva previamente programados e autorizados pela fiscalização.	
Igual ou superior a 98%	4
Inferior a 98% e igual ou superior a 97%	3
Inferior a 97% e igual ou superior a 96%	1
Inferior a 96%	0

8.25.7. Cada um dos cinco itens acima tem seu respectivo peso no cômputo geral, conforme a seguir:

Item	Peso da avaliação	Pontuação máxima do item
1	1	4
2	1	4
3	4	16
4	3	12
5	3	12
6	3	12
	Pontuação total do mês	60

8.25.8. As pontuações do IMR devem ser totalizadas para o mês de referência (Pontuação Total do Mês - PTM), conforme metodologia indicada nas tabelas anteriores, para que se possa averiguar a qualidade do serviço resultante de uma pontuação final no intervalo de 0 a 60 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador.

8.25.9. As adequações nos pagamentos seguirão a pontuação final obtida pela contratada aplicando-se as respectivas faixas, sendo quanto maior a pontuação obtida, menor ou nenhum será o percentual de desconto dos valores a serem pagos à contratada, conforme a tabela abaixo:



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Faixa de pontuação obtida	Percentual de desconto	Classificação
54 a 60	0%	Ótimo
47 a 53	2%	Bom
41 a 46	3%	Razoável
18 a 40	7%	Insatisfatório
0 a 17	10%	Péssimo

8.25.10. Quando os serviços prestados atingirem a faixa de pontuação entre 0 a 17 e classificados como PÉSSIMOS, além dos descontos dos valores a serem pagos à contratada, considera-se que a contratada comete infração administrativa de inexecução parcial do contrato pelo cumprimento irregular da obrigação do tópico 6.22.1.

8.25.11. Quando ocorrer a classificação dos serviços como PÉSSIMOS e/ou INSATISFATÓRIOS por 3 (três) meses dentro de qualquer intervalo de 12 (doze) meses consecutivos da vigência contratual, poderá haver rescisão contratual conforme cláusula 11 e artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

9 – SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de procedimento de dispensa de licitação, sob a forma eletrônica, adotando-se o critério de julgamento pelo menor valor por item.

9.1.1 A adjudicação será realizada por item, podendo resultar na contratação de empresas distintas para a execução dos serviços referentes ao Item 1 (elevadores da unidade de Salvador) e ao Item 2 (plataforma elevatória da unidade de Vitória da Conquista).

9.2. Indica-se um intervalo mínimo de diferença de percentual entre lances de 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

Regime de Execução

9.3. O regime de execução será empreitada por preço **GLOBAL**.

Exigências de Habilitação Jurídica, Fiscal, Social e Trabalhista:

9.4. Para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório.

Qualificação Econômico-Financeira:

9.5. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverão ser observados os requisitos exigidos no instrumento convocatório, caso haja.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Qualificação Técnica:

9.6. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7 Serão exigidos dos licitantes, os seguintes documentos a título de verificação de sua qualificação técnica:

9.7.1. Certidão de registro da empresa no CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CRT – Conselho Regional dos Técnicos Industriais, a cuja jurisdição pertença, sendo, no mínimo, um dos responsáveis técnicos Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica. A certidão deverá estar dentro do prazo de validade. No caso de o licitante ter sua sede em outro Estado e sagrar-se vencedor da licitação deverá providenciar registro ou visto no CREA/BA ou CRT/BA, conforme exigência do respectivo conselho;

9.7.2 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.7.2.1. Para fins da comprovação de que trata este item, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.7.2.1.1. Deverá haver a comprovação da experiência na prestação de serviços de **manutenção de elevador para o item 1 do objeto (elevadores do edifício-sede em Salvador-BA)**, por período não inferior a **1 (um)** ano, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

9.7.2.1.2. Deverá haver a comprovação da experiência na prestação de serviços de **manutenção de elevador ou de plataforma elevatória hidráulica de passageiros para o item 2 do objeto (plataforma elevatória hidráulica de passageiros da PRM de Vitória da Conquista)**, por período não inferior a **1 (um)** ano, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

9.7.2.1.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.7.2.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.7.3.1.1. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CRT, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, relativa à execução de serviços de manutenção nos componentes elétricos e instalações elétricas de elevadores e nos componentes mecânicos de elevadores em relação ao item 1 do objeto **(elevadores do edifício-sede em Salvador-BA)**.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

9.7.3.1.2. Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA e/ou CRT, de responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que deverão pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para entrega da proposta, relativa à execução de serviços de manutenção nos componentes elétricos e instalações elétricas e nos componentes mecânicos de elevadores ou plataformas elevatórias hidráulicas de passageiros em relação ao item 2 do objeto (**plataforma elevatória hidráulica de passageiros da PRM de Vitória da Conquista**).

9.7.3.2. A comprovação do vínculo profissional será realizada através de Cópia da CTPS, ou da ficha de registro do empregado, ou de contrato de prestação de serviços, ou do contrato social da empresa em que conste o profissional como sócio, ou através da Certidão de Registro da empresa junto ao CREA/CRT em que conste o profissional como Responsável Técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, desde que também apresente declaração de anuência emitida pelo profissional.

9.7.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, conforme o modelo do Anexo A.2 do Termo de Referência.

10 – ESTIMATIVA DO PREÇO

10.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com as quantidades, preço unitário e total, em moeda nacional, já consideradas as despesas dos tributos e demais custos que incidam direta ou indiretamente na execução do OBJETO, conforme tabela abaixo:

TABELA 1

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	U.M.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	BDI	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
1	3557	Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Salvador).	MENSAL	12	2.328,39	-	27.940,68
1.1		Fornecimento de peças por ressarcimento para manutenção.	UND.	1	6.432,64	14,02%	7.334,50



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

VALOR TOTAL ANUAL ITEM 1							35.275,18
2	3557	Serviços de manutenção preventiva e corretiva da plataforma elevatória, instalada na sede da Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista	MENSAL	12	415,19	-	4.982,28
2.1		Fornecimento de peças por ressarcimento para manutenção	UND.	1	2.144,21	14,02%	2.444,83
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 2							7.427,11
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (R\$)							R\$ 42.702,28
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 24 MESES (R\$)							R\$ 85.404,57

10.1.1 Nos subitens 1.1 e 2.1 da Tabela 1, o percentual de BDI será objeto de disputa entre os licitantes.

10.1.2 O valor estimado para o fornecimento de peças por ressarcimento possui caráter meramente informativo, tendo como finalidade compor o cálculo do valor total estimado da contratação, servindo como referência para a Administração.

10.1.3. A proposta deverá apresentar valores unitários e totais para cada item, sendo o julgamento realizado individualmente, observando-se o menor valor para cada item.

11 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, mediante a seguinte dotação:

I) UG Executora: 200031;

II) Programa de Trabalho: 172236;

III) Plano Interno: MBASIC;

IV) Fonte: 1000000000;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

V) Elemento de Despesa: 33.90.39-16.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO A.1 – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SERVIÇOS

Arquivo eletrônico em formato “.pdf” disponível para download no sítio do Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br e no Portal da Transparência do MPF: https://apps.mpf.mp.br/apps/r/transparencia/sa_transparencia/licitacoes. Para acesso ao arquivo via Portal da Transparência do MPF, basta informar os dados da licitação e a Unidade Gestora com o preenchimento dos seguintes campos: Licitações Vigentes no Ano: 2026; Número do Edital: 05; Modalidade: Dispensa Eletrônica; e Unidade Gestora: Procuradoria da República na Bahia.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO A.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À NATUREZA DO SERVIÇO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal ou preposto, o(a) Sr(a). _____, portador do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, para todos os fins, estar familiarizado com a natureza e vulto dos serviços especificados, bem como com as técnicas necessárias ao perfeito desenvolvimento da execução do objeto.

Declara, ainda, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros.

cidade, (dia) de (mês) de (ano)

Assinatura do representante legal



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Procuradoria da República no Estado da Bahia

A/C Agente de Contratação,

Apresentamos nossa proposta referente ao Dispensa Eletrônica nº 05/2026, cujo objeto é a contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição e fornecimento de peças ou componentes originais ou similares, mediante ressarcimento, dos três elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Item 1) e da plataforma elevatória de passageiros, instalada na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista (Item 2).

ENDEREÇO:

NOME PARA CONTATO:

FONE/FAX:

E-MAIL:

C.N.P.J.:

PREENCHER A PLANILHA ABAIXO COM O ITEM (NS) QUE FOR(EM) DE SEU INTERESSE

PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U.M.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	BDI	VALOR TOTAL
1	Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Salvador).	MENSAL	12	R\$	-	R\$
1.1	Fornecimento de Peças por Ressarcimento	UNID	1	R\$ 6.432,64	%	R\$
VALOR TOTAL ANUAL DO ITEM 1						R\$



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U.M.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	BDI	VALOR TOTAL
2	Serviços de manutenção preventiva e corretiva da plataforma elevatória, instalada na sede da Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista	MENSAL	12	R\$	-	R\$
2.1	Fornecimento de Peças por Ressarcimento	UNID	1	R\$ 2.144,21	%	R\$
VALOR TOTAL ANUAL DO ITEM 2						R\$

VALOR TOTAL ANUAL DA CONTRATAÇÃO	R\$
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO (24 MESES)	R\$

Validade da Proposta: ____ dias.(Mínimo – 60 dias)

Declaramos que o preço proposto estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a perfeita execução do serviço, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

(cidade/data)....., de de 2026.

ASSINATURA

(REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

IMPORTANTE: As Planilhas de Custos e Formação de Preços, conforme modelo do Anexo A.3 do Termo de Referência, em formato editável, podem ser utilizadas pelos fornecedores como forma de auxiliar na composição dos preços de sua proposta.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

**ANEXO III
CONTRATO Nº ____/2026**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
PREVENTIVA E CORRETIVA DOS TRÊS
ELEVADORES DO EDIFÍCIO-SEDE DA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA
BAHIA E DA PLATAFORMA ELEVATÓRIA
DE PASSAGEIROS, INSTALADA NA
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA,
QUE ENTRE SI CELEBRAM A
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NA
BAHIA E A EMPRESA _____.**

A UNIÃO, por intermédio da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DA BAHIA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob número 26.989.715/0010-01, com sede na Rua Ivonne Silveira, 243, Loteamento Centro Executivo, Doron, CEP: 41.194-015, Salvador/BA, neste ato representada pelo seu Secretário Estadual, Sr. **Frederico Guilherme Penalva Mattos**, brasileiro, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº ****995-00, expedida pela SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ***.559.855-**, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 339, de 17 de dezembro de 2020, ou, nas ausências e impedimentos deste, pelo seu Secretário Estadual Substituto, Sr. **Silvio Fernando Lima de Santana**, brasileiro, servidor público, portador da Carteira de Identidade RG nº ****050-50 SSP/BA, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº ***.568.445-**, no uso de sua competência delegada pela Portaria PR/BA nº 338, de 17 de dezembro de 2020, publicada no DOU em 21 de dezembro de 2020 e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o número xx.xxx.xxx/xxxx-xx, estabelecida na (endereço), Tel: (xx) xxxx-xxxx, e-mail: xxxxxx@xxxxxxxxx.xxx.xx, neste ato representada por seu sócio _____, (qualificação), portador da carteira de identidade RG nº xxxxxx SSx/xx e do CPF/MF nº xxxxxxxxx, e daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o que consta do Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.14.000.000003/2026-40, e em observância das disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, da Instrução Normativa/Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

Gestão nº 5, de 26 de maio de 2017 (alterada pela IN nº 07/2018-SG/MPDG), da legislação aplicada ao Ministério Público da União e demais normas pertinentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição e fornecimento de peças ou componentes originais ou similares, mediante ressarcimento, dos três elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Item 1) e da plataforma elevatória de passageiros, instalada na Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista (Item 2).

PARÁGRAFO ÚNICO - A prestação dos serviços obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como, às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes do processo nº 1.14.000.000003/2026-40, e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem:

- a) Aviso de Dispensa Eletrônica nº 05/2026;
- b) Termo de Referência, anexo I do Aviso de Dispensa Eletrônica nº 05/2026;
- c) Proposta final firmada pela CONTRATADA em xx/xx/2026, contendo o valor mensal e unitário dos serviços a serem executados.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 24 meses, de __/__/202x a __/__/202x, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

Os modelos de gestão e de execução, assim como as condições de execução do objeto deste contrato constam dos itens 5 e 6 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação total e nem parcial do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

O valor mensal da contratação é de R\$ _____ (_____), perfazendo o valor global estimado de R\$ (....).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÃO	U.M.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO (R\$)	BDI	VALOR MÁXIMO TOTAL (R\$)
1	3557	Serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do edifício-sede da Procuradoria da República na Bahia (Salvador).	MENSAL	12		-	
1.1		Fornecimento de peças por ressarcimento para manutenção.	UND.	1	6.432,64	%	
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 1							00,00
2	3557	Serviços de manutenção preventiva e corretiva da plataforma elevatória, instalada na sede da Procuradoria da República no Município de Vitória da Conquista	MENSAL	12		-	
2.1		Fornecimento de Peças por Ressarcimento	UND.	1	2.144,21	%	
VALOR TOTAL ANUAL ITEM 2							
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (R\$)							R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 24 MESES (R\$)							R\$



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

PARÁGRAFO ÚNICO – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO, FATURAMENTO E PAGAMENTO

As condições para faturamento e pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no item 8 do Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **13/03/2026**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, a Contratante deverá iniciar o procedimento para reajuste do valor do contrato, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, cientificando a Contratada do início da instrução.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nos reajustes subsequentes, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não iniciado o procedimento de reajuste pela Contratante, compete à contratada solicitar o reajuste até o mês de aniversário da data do orçamento inicial ou, no caso dos reajustes subsequentes, da data dos efeitos financeiros do reajuste anterior, devendo a contratada suportar o ônus da ausência do reajuste em período equivalente a sua inércia.

PARÁGRAFO QUARTO - Mediante negociação entre as partes, e tendo como limite máximo a variação do índice definido no **Parágrafo Primeiro**, poderá haver a renúncia, total ou parcial, por parte da contratada, do percentual a ser reajustado.

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de ausência de manifestação da Contratada sobre a negociação do reajuste, será concedido o percentual definido pelo Contratante.

PARÁGRAFO SEXTO - No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante poderá pagar ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

PARÁGRAFO OITAVO - Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO NONO - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O reajuste poderá ser concedido por apostilamento ou mediante termo aditivo, quando coincidente com a sua instrução e conveniente para a Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As disposições previstas nesta cláusula não impedem a negociação entre os contratantes, a qualquer tempo, a fim de se estabelecer valores mais vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE, além das discriminadas no item 6.21 do Termo de Referência:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- c) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das discriminadas no item 6.22 do Termo de Referência, cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa a CONTRATADA que incorrer em quaisquer das situações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

V.apresentar declaração ou documentação falsa exigida durante a execução do contrato;

VI.praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII.comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII.praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Quando a mesma conduta resultar em infração à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e à Lei nº 14.133, de 2021, as sanções serão impostas de forma independente e cumulada, na forma do art. 30, II, da Lei nº 12.846, de 2013.

I. Se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

II. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

III. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

IV. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei e em regulamento do MPU e da ESMPU.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os parâmetros para aplicação de penalidades regulam-se pela Portaria PGR/MPU nº 178, de 13 de setembro de 2023. Assim, a CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no caput ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I. Advertência, somente na hipótese de inexecução contratual parcial injustificada, quando não couber imposição de penalidade mais grave;

II. Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado das obrigações estabelecidas no Contrato, sobre o valor da parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, até o limite de 30% (trinta por cento);



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

III. Multa sancionatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a falta, no caso de inexecução parcial, ou sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado;

IV. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II e IV do *caput*, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos V e VIII do *caput*, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

PARÁGRAFO QUARTO - Considera-se inexecução parcial o atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias no cumprimento das obrigações assumidas.

PARÁGRAFO QUINTO - A multa aplicada deverá ser paga no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da GRU pelo CONTRATADA sancionado.

I. Caso a CONTRATADA requeira o parcelamento, proceder-se-á aos descontos citados no item seguinte, antes de consolidar a dívida residual a ser parcelada;

II. Caso o infrator sancionado não efetue o recolhimento da GRU, o valor da multa aplicada será:

i) descontado dos créditos que a contratada tiver direito, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora do MPU ou da ESMPU;

j) descontado da garantia, se houver.

III. Caso não seja possível o desconto nas formas previstas no item anterior, a unidade sancionadora deverá providenciar a inclusão do débito no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e encaminhar cópia do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para inscrição na dívida ativa da União.

PARÁGRAFO SEXTO - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

PARÁGRAFO OITAVO - Na aplicação das sanções serão considerados:

I. a natureza e a gravidade da infração cometida;

II. as peculiaridades do caso concreto;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. os danos causados à Administração Pública;

V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, na Portaria PGR/MPU nº 178, de 2023, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

PARÁGRAFO DÉCIMO - No prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da decisão definitiva de aplicação da penalidade, as sanções aplicadas devem ser informadas, para fins de publicidade, conforme o caso:

I. no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

I. no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

III. no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Nos casos em que a conduta do acusado se enquadrar em infrações administrativas distintas, aplicar-se-ão os critérios da especialidade, da subsidiariedade ou da consunção para a solução do aparente conflito.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções previstas no Parágrafo Terceiro, incisos I a IV, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação do acusado.

I. O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará motivadamente à autoridade superior para apreciá-lo e proferir a decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Da aplicação da sanção administrativa prevista no Parágrafo Terceiro, inciso V, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da intimação.

I. O pedido de reconsideração será decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: ;
- II) Fonte de Recursos: ;
- III) Programa de Trabalho: ;
- IV) Elemento de Despesa: ;
- V) Plano Interno:

PARÁGRAFO SEGUNDO - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As alterações contratuais não poderão ultrapassar 25% (vinte e cinco por cento) para acréscimos ou supressões, do valor inicial atualizado do Contrato, conforme limites estabelecidos no art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá a CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal da cidade de Salvador/BA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Termo de Contrato, firmado pelas partes e as testemunhas abaixo, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema de Peticionamento Eletrônico do MPF.

Salvador/BA, data da assinatura eletrônica

(Assinatura digital)

CONTRATANTE

(Assinatura digital)

CONTRATADA



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE SOCIAL E CONFORMIDADE À RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente do **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026**, realizado pela Procuradoria da República na Bahia, **DECLARA QUE:**

1. Os sócios desta empresa não são cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia e assessoramento vinculado direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, no âmbito do Ministério Público Federal, nos termos da Resolução nº 37, de 28/04/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;
2. Não foi condenada, a licitante ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe:
 - a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º; inciso I do art. 5º; e
 - os arts. 38 e 39 do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
3. Não explora o trabalho infantojuvenil, em atenção ao que dispõe:
 - o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988;
 - o Capítulo IV do Título III do Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943 (CLT);
 - os arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069, de 19 de julho de 1990 (ECA);
 - o Decreto nº 6.841, de 12 de junho de 2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
4. Não pratica, de nenhuma forma, ações que possam infringir os dispositivos contidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal. Não pratica, de nenhuma forma, ações que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal (dispositivos que tratam do trabalho análogo ao de escravo e tráfico de pessoas para esse fim) e não pratica ações que caracterizem os crimes previstos no Decreto nº 5.017/2004, que promulga o Protocolo de Palermo, e nas Convenções da OIT 29 e 105.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Salvador, _____ de _____ de 2026.

Empresa Licitante (**responsável: nome, cargo e assinatura**)



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA – BAHIA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO/PR-BA
SUPERVISÃO DE LICITAÇÕES E DISPUTAS ELETRÔNICAS/PR-BA**

ANEXO V

**DECLARAÇÃO POR NÃO ULTRAPASSAR A RECEITA BRUTA MÁXIMA ADMITIDA PARA
ENQUADRAMENTO COMO EPP, NO EXERCÍCIO, EM CONTRATOS FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

(NOME DA EMPRESA, CNPJ, ENDEREÇO, etc.), neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA), portador do RG nº, inscrito sob CPF nº....., sob as penas da lei, para todos os fins, na qualidade de proponente na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 05/2026**, realizado pela Procuradoria da República na Bahia, DECLARA que, no ano-calendário de realização da presente contratação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Salvador, _____ de _____ de 2026.

Empresa Licitante (responsável: nome, cargo e assinatura)